INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
 ASSUNTO: Regime de dependência
 RELATOR: Conselheiro HILÁRIO TORLONI
 PARECER Nº 1780 /74 - CSG - Aprovado em 14 / 6 /74

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO

- 1.1 - A Câmara Municipal de São José do Rio preto, aos 25 de abril de 1968, dirigir a este Conselho apelo no sentido de que fosse instituído também no ensino secundário o regime de dependência em disciplina em que o aluno não tivesse sido aprovado.
- 1.2 - Aos 20 de junho de 1968, a Câmara do Ensino Médio deliberou sobrestar a discussão da matéria para permitir sua apreciação conjunta com outros trabalhos relativos ao mesmo assunto.
- 1.3 - De fato, já haviam dado entrada neste Conselho solicitação de alunos de ginásio de Jundiaí, bem como pedido de pronunciamento sobre projeto de lei em tramitação na Assembléia, ambos referentes ao mesmo problema.
- 1.4 - Em sessão plenária de 23 de setembro de 1968, o Conselho deliberou aprovar o parecer nº 23/68, do Cons. Alpínolo Lopes Casali, contrário à medida, passando a "declaração de voto" o parecer nº 12/68, do Cons. Luiz Cantanhede Filho, favorável à medida.
- 1.5 - Nada no processo esclarece a razão de ter renascido das cinzas e sido remetido à Câmara do Ensino de 2º grau.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - A reaparição deste processo, que deveria ter sido arquivado após pronunciamento do Plenário em setembro de 1968, permitiu-nos a leitura e o conhecimento dos pareceres acima citados, dos Conselheiros Luiz Cantanhede de Filho e Alpínolo Lopes Casali, os quais, embora em posições antagônicas face ao problema da matrícula com dependência, esgrimiram argumentos do mais alto valor e abordaram o assunto sob todos os seus aspectos, face a legislação vigente. O equívoco na tramitação do processo teve, pelo menos, o mérito de nos edificar com as profundas lições contidas nos pareceres Casali e Cantanhede.

2.2 - De qualquer forma, a edição da Lei nº 5.692, de 1971, veio a demonstrar como o enfoque do problema evoluiu face às novas realidades educacionais brasileiras, provocando a manifestação deste Plenário através da Deliberação CEE nº 4/74, homologada pelo Senhor Secretário da Educação aos 21 de março de 1974, publicada no Diário Oficial de 22 do março de 1974, pág. 11. Tais documentos tornam desnecessário qualquer outro pronunciamento sobre a matéria contida no processo.

II - CONCLUSÃO

Tendo em vista que a matrícula com dependência, assunto que motivou o requerimento da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, já foi regulamentada por este Conselho, somos de parecer que nesse sentido se oficie àquela Egrégia Câmara, anexando-se cópia da Deliberação CEE nº 4/74.

É o nosso parecer, s.m.j.
 São Paulo, 3 de abril de 1974

(a) Conselheiro HILÁRIO TORLONI - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio Delorenzo Neto, Arnaldo Laurindo, Erasmo de Freitas Nuzzi, Hilário Torloni, José Augusto Dias, Pe. Lionel Corbeil e Oliver Gomes da Cunha.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1974

(a) Cons. Antônio Delorenzo Neto
 Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
 Presidente